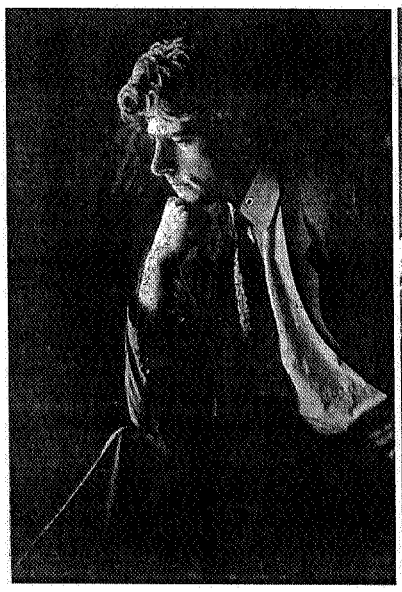
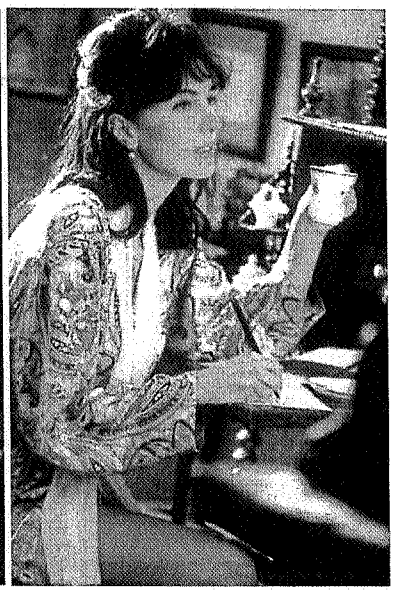
FEMINISMO E CIDADANIA

A tensão entre igualdade *versus* diferença

CONCEIÇÃO NOGUEIRA





O pensamento comum que atravessa os debates na nossa sociedade tem sido iluminado pela tradição socio-liberal, que, mais do que qualquer outra ideologia, tem sido fundamental para o debate actual sobre a cidadania. Na tradição liberal, a cidadania é definida primeiramente como um conjunto de direitos individuais, com funções diferentes, sendo que uma das funções mais frequentemente valorizada diz respeito à autonomia individual. Desta perspectiva de direitos naturais e individuais, nasce a ideologia do individualismo, essencialmente abstracto, mas fundamentalmente em oposição à comunidade, que se assume como potencial ameaça para essas mesmas liberdades. O individualismo abstracto desenvolvido pela lógica liberal depois do século XVIII, e continuamente exacerbado até aos dias de hoje, pode provavelmente explicar a ambivalência face às responsabilidades, à democracia e aos direitos sociais.

A defesa liberal dos direitos baseia-se num conjunto de suposições que privilegiam o auto-interesse do indivíduo "egoísta e racional" (características altamente promovidas ao longo de toda a modernidade), sobre as necessidades da comunidade política. Frequentemente subestimam a ideia de que os direitos, por mais cruciais que sejam, devem estar enraizados numa rede de responsabilidades entre indivíduos e as suas comunidades. As perspectivas modernistas de cidadania também fracassam no equacionar das necessidades de uma sociedade mais pluralista.

Pode-se dizer que todas as tensões que a modernidade e o liberalismo acarretaram parecem indicar que no final do século XX (século que consagrou os direitos sociais de forma a garantir o direitos dos cidadãos à educação, à saúde e à segurança social) se assistiu ao retrocesso na cidadania social, "atirando" os indivíduos para formas cada vez mais graves de exclusão. O mundo está com efeito mais desigual. Sem atentar nas desigualdades por classe social, por grupo étnico ou por sexo, as assimetrias regionais, a nível mundial, mantêm-se e até se reforçam. As pessoas "caíram" em estados extremos de exclusão, muitas de dependência e profunda passividade.

QUESTÃO FUNDAMENTAL

Falar de pluralismo, diversidade e ao mesmo tempo assumir a contínua desigualdade, leva-nos de imediato à questão fundamental do feminismo contemporâneo: **o debate entre a igualdade e a diferença.**

A relação problemática entre igualdade e diferença tem atormentado muitas feministas na sua análise sobre a cidadania. Frequentemente as mulheres parecem ter de enfrentar e deparar-se com a escolha entre a incorporação numa concepção de cidadania inerentemente masculina, apenas conseguida se se negar as diferenças relativamente aos homens, ou, pelo contrário, assumir uma *política da diferença* que abandona ideias de cidadania universal e exige direitos e responsabilidades especiais.

Será que a diversidade implica uma cidadania diferenciada, já não universal?

Pode considerar-se emancipatória a reivindicação de *políticas de diferença*?

Na sua forma liberal, a cidadania apela à incorporação do ideal do universalismo. Todos os indivíduos que podem legitimamente assumir-se como sendo cidadãos de um Estado são supostos partilhar igualdade de direitos e responsabilidades de cidadania. No entanto, este universalismo está gerar graves situações de exclusão. A noção de uma cidadania universal é difícil de sustentar num contexto de sociedades plurais. Cada vez mais existem grupos "especiais", para além de grupos de pessoas, que, pelo facto de partilharem determinadas características, são continuamente vítimas de exclusão. É o caso por exemplo, da desigualdade associada ao sexo, à raça, aos emigrantes, a pessoas de determinada classe social ou orientação sexual. É importante assegurar que pessoas e grupos não sejam excluídos dos benefícios da cidadania devido a qualquer aspecto (global, particular ou singular) da sua identidade. Por isso, há quem reclame para as mulheres uma *política de identidade* e uma *cidadania diferenciada*.

De forma a promover uma cidadania sem carácter de exclusão seria necessário ter em consideração a identidade particular dos grupos sociais, e por isso a construção de uma *política da diferença*, que incorporaria a identidade grupal nas agendas das instituições da comunidade aquando de tomadas de decisão. Segundo estas perspectivas, só através de mecanismos que reconheçam as vozes distintas e as perspectivas dos grupos oprimidos, será possível alcançar a igualdade. Seria necessária uma representação grupal nas instituições, que passasse em primeiro lugar por um sentido de auto-organização grupal (nível elevado de *empowerment* colectivo e compreensão reflexiva da experiência e necessidades partilhadas), produção de políticas que indicassem de que forma foram tomadas em consideração as perspectivas dos grupos e, finalmente, o poder de veto do grupo em relação a políticas específicas (por exemplo, o veto das mulheres para as políticas relacionadas com os direitos reprodutivos). Uma perspectiva de cidadania diferenciada, de reivindicação de direitos especiais e construída sobre direitos grupais quebraria com o carácter universal da cidadania liberal, possibilitando a aspiração a uma política mais justa, para as sociedades cada vez mais pluralistas.

Apesar desta perspectiva ser interessante e possibilitar implicações positivas para quem trabalha sobre o conceito de cidadania, já que se podem considerar tentativas válidas para ultrapassar os problemas da modernidade e da cidadania liberal, acarretam também algumas questões que interessa discutir.

A reivindicação de uma *política da diferença* e de *cidadania diferenciada*, cria sérios problemas, porque a sua adopção poderia ter como consequências, situações que colocam em causa o potencial emancipador do próprio conceito de cidadania. Por exemplo, reivindicar uma cidadania diferenciada para as mulheres, entendidas como um grupo que partilha características próprias que devem ser valorizadas, não acabará por trazer problemas acrescidos às questões da igualdade? O facto de se assumir um essencialismo associado a um grupo não implica negar a natureza construída das suas características diferenciadoras e, por isso, impedir as possibilidades de emancipação? Reificar as diferenças justificando-as através de mecanismos essencializadores, pode acabar por manter a lógica grupal e a assimetria simbólica a ela associada. O essencialismo e mesmo a legitimação dos próprios grupos surgem como fortes problemas para esta visão alternativa de cidadania.

DEBATES DESAFIADORES

Concluindo, pode-se assumir que as políticas da diferença assim como o debate entre a igualdade e a diferença são assuntos altamente desafiadores que estão na ordem do dia de todos quantos se preocupam com as questões feministas, da cidadania, e essencialmente, com a desigualdade social. O feminismo contemporâneo demonstra uma tensão contínua, quer a nível do pensamento e da teoria, quer a nível da acção, relativamente à ideia de, por um lado, ter de construir a identidade "mulher", dando-lhe um significado político sólido, e, por outro, sentir a necessidade de destruir a categoria "mulher", desmantelando a sua tão sólida história. Nesta versão do conflito a questão que se coloca é se as mulheres querem ser iguais aos homens, ou se assumem a biologia (ou a socialização) como estabelecendo a diferença "essencial".

No entanto, não parece haver razão para supor que a igualdade e a diferença estão inerentemente em oposição. A oposição entre igualdade e diferença pode ser vista como um produto do individualismo abstracto. A escolha entre a igualdade e a diferença pode ser um falso problema. A igualdade e a diferença é outra falsa dicotomia que devemos procurar dissolver. A única maneira de isso começar a ser conseguido é através da adopção de uma teoria de cidadania relacional e não atomista.

A igualdade deve manter-se como um objectivo essencial se se pretende a emancipação e uma cidadania inclusiva das diversas identidades. O perigo de uma política da diferença é que a afirmação da diversidade se torne o próprio racional para a política. Claro que a política pressupõe diferença: sem diversidade e conflito de interesses não teríamos necessidade de política. Contudo, o ponto fulcral da política é procurar áreas de compromisso, construir interesses comuns e criar sistemas de governação que sejam capazes de acomodar as diferenças de forma pacífica. Se se enfatizar a diferença e negar a habilidade dos humanos para compreender a posição dos outros, rejeitando implicitamente a possibilidade de igualdade, a construção de uma cidadania como um projecto partilhado que envolve indivíduos diferentes, mas intrinsecamente sociais, construindo instituições comuns que sustêm as suas vidas, torna-se impossível. Aceitando que a *filosofia da diferença* é o produto da desilusão com as possibilidades da mudança social e da aceitação da inevitabilidade de um mundo desigual e fragmentado, a consequência será a celebração da marginalidade, o "paroquianismo" e a opressão. Passar por cima desta visão requer não só convicção intelectual como também aspiração política.

Esta aspiração política face à igualdade não necessita negar a diferença, já que uma ambição de igualdade pressupõe diferença. O objectivo da igualdade é precisamente reconhecer e proteger a diversidade, respeitando os direitos de todos os indivíduos independentemente das suas crenças ou identidades. É por estas razões que pode ser potencialmente perigoso basear a cidadania individual em qualquer aspecto da identidade ou da pertença a um grupo.

A consideração da relação entre igualdade e diferença mostra que uma cidadania orientada para o grupo apresenta maiores problemas para a construção de um tipo de política comunicativa, necessária para constituir igualdade e preservar a diversidade, além de oferecer pouca esperança para o desenvolvimento de uma cidadania comum que pretenda não **homogeneidade** mas **solidariedade.**